

**Processo Seletivo de Juizes Leigos do 5º Juizado Especial Cível,
Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Londrina/PR**

Prova Escrita – Cargo Juiz Leigo

Nome do Candidato: _____

Assinatura do Candidato: _____

Data: _____

Orientações Gerais:

- 1 – O tempo de prova será de 02 (duas) horas;
- 2 – As respostas deverão ser lançadas em caneta azul ou preta;
- 3 – Não é permitida a consulta a qualquer material;
- 4 – A nota máxima atribuível é de 10 (dez) pontos;
- 5 - Será considerado aprovado o candidato que alcançar, no mínimo, nota 5 (cinco) na presente prova;

**QUESTÕES OBJETIVAS
MÚLTIPLA ESCOLHA**

QUESTÃO 01- Assinale a alternativa CORRETA

No Juizado Especial Cível:

- a) A pessoa absolutamente incapaz, desde que devidamente representada, pode ser autora no Juizado Especial Cível, mas não pode ser ré.
- b) As microempresas podem figurar como autoras ou rés no Juizado Especial Cível.
- c) As empresas públicas e sociedades de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios podem ser rés nos Juizados Especiais Cíveis.
- d) É cabível no Juizado Especial Cível a ação de despejo por falta de pagamento.

RESPOSTA: (A) art. 8º, da Lei 9.099/95; (B) art. 8º, II, Lei 9.099/95; (C) art. 8º, Lei 9.099/95; (D) art. 3º. III, Lei 9.099/95. Alternativa **B**.

QUESTÃO 02 - Assinale a alternativa CORRETA

- a) São condições da ação o interesse de agir, a legitimidade das partes e a possibilidade jurídica do pedido.
- b) No procedimento sumaríssimo, podem ser produzidas na audiência de instrução e julgamento todas as provas permitida em direito, desde que não sejam impertinentes ou protelatórias e tenham sido previamente requeridas.
- c) Além da inquirição, pelo juiz, de técnicos de sua confiança, prova conhecida como perícia informal, pode ser determinada a produção de prova pericial nos moldes do Código de Processo Civil no Juizado Especial Cível, desde que haja concordância das partes.
- d) Cada parte poderá ouvir até cinco testemunhas no procedimento sumaríssimo regido pela Lei nº. 9.099/95.

RESPOSTA: (A) art. 267, VI, CPC; (B) art. 33, Lei 9.099/95; (C) art. 3º, caput, Lei 9.099/95; (D) art. 34, Lei 9.099/95. Alternativa **A**.

QUESTÃO 03 - Assinale a alternativa CORRETA

No Juizado Especial Cível.

- a) admitir-se-á intervenção de terceiros e a assistência.
- b) podem ser ajuizadas causas relativas ao estado e capacidade das pessoas, desde que de cunho patrimonial.
- c) não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido.
- d) não se admite a propositura de ação por microempresas.
- e) cabe recurso contra a sentença condenatória no prazo de 15 (quinze) dias.

RESPOSTA: (A) Art. 10, Lei n. 9.099/95 (não se admite qualquer forma de intervenção de terceiro nem assistência). (B) Art. 3º, § 2º, Lei n. 9.099/95 (causas relativas ao estado e capacidade de pessoas estão excluídas da competência do JEC). (C) Art. 38, parágrafo único, Lei n. 9.099/95. (D) Art. 8º, § 1º, II, Lei n. 9.099/95 (microempresas podem propor ação no JEC). (E) Art. 42, Lei n. 9.099/95 (cabe recurso no prazo de 10 dias). Alternativa **C**.

QUESTÃO 04 - Assinale a alternativa CORRETA

- a) Não se coaduna à finalidade dos juizados especiais a possibilidade do recurso à sentença terminativa, razão pela qual não cabe recurso inominado a essa espécie de sentença.

- b) Por se tratar de verdadeira apelação aplicada ao procedimento dos juizados, admite-se recurso inominado interposto adesivamente.
- c) Diante da inexistência de recurso a eventual lesão de direito causada por decisão interlocutória no curso do procedimento dos juizados, é admitida a interposição de recurso inominado a decisão dessa espécie.
- d) É cabível o recurso inominado não só à sentença do processo de conhecimento, mas também à sentença nos embargos do processo de execução.
- e) Toda sentença proferida no procedimento dos juizados é passível de recurso inominado, incluindo-se a sentença que homologa conciliação e a que homologa laudo arbitral.

RESPOSTA: Segundo o art. 41, Lei n. 9.099/95, da sentença (seja de conhecimento ou dos embargos), excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado (recurso inominado). Alternativa **D**.

QUESTÃO 05 - Assinale a alternativa INCORRETA

No Juizado Especial Cível

- a) Não é cabível a citação por edital no procedimento sumaríssimo.
- b) O não comparecimento da parte ré à audiência de conciliação enseja sua revelia e a presunção de veracidade dos fatos alegados na petição inicial.
- c) A contestação poderá ser apresentada até a audiência de instrução e julgamento.
- d) A única modalidade de intervenção de terceiros cabível no procedimento sumaríssimo é a assistência.

RESPOSTA: (A) art. 18, § 2º, Lei 9.099/95; (B) art. 20, Lei 9.099/95; (C) Enunciado 10 FONAJE; (D) art. 10, Lei 9.099/95. Alternativa **D**.

QUESTÃO 06 - Assinale a alternativa INCORRETA

- a) As disposições do Código de Defesa do Consumidor não se aplicam às instituições financeiras.
- b) É consumidor toda pessoa física ou jurídica que adquire produtos ou utiliza serviços como destinatário final.
- c) É direito básico do consumidor a efetiva reparação de danos materiais e morais.
- d) É cabível a inversão do ônus da prova no processo civil em favor do consumidor quando, a critério do juiz, forem verossímeis suas alegações ou quando ele for hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência.

RESPOSTA: (A) Súmula 297 - STJ; (B) art, 2º, caput, Lei 8.078/90; (C) art. 6º VI, Lei 8.078/90 (D) art, 6º, VIII, Lei 8.078/990. Alternativa **A**.

QUESTÃO 07 - Assinale a alternativa INCORRETA

- a) O acesso ao Juizado Especial Cível, no primeiro grau de jurisdição, independe do recolhimento de custas, taxas e despesas.
- b) A correspondência ou contrafé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
- c) O não comparecimento da parte autora a audiência de conciliação é causa de extinção do processo.
- d) Possível a acumulação simultânea das condições de preposto e advogado na mesma pessoa.

RESPOSTA: (A) art. 54, Lei 9.099; (B) Enunciado 05, FONAJE; (C) art. 51, Lei 9.099/95; (D) Enunciado 98, FONAJE. Alternativa **D**.

QUESTÃO 08 - Assinale a alternativa INCORRETA

- a) Havendo extinção do processo por não comparecimento da parte autora a qualquer das audiências no Juizado Especial Cível, esta será condenada ao pagamento das custas processuais.
- b) As causas cujo valor não exceda a 60 (sessenta) salários mínimos podem ser propostas no Juizado Especial Cível.
- c) O processo, nos Juizados Especiais Cíveis, orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade.
- d) O processo, nos Juizados Especiais Cíveis buscará, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

RESPOSTA: (A) art. 51, § 2º, Lei 9.099/95; (B) art. 3º I, Lei 9.099/95; (C) art. 2º Lei 9.099/95; (D) art. 2º Lei 9.099/95. Alternativa **B**.

QUESTÃO 09 - Assinale a alternativa CORRETA

No Juizado Especial Cível;

- a) O não comparecimento do autor à audiência gera revelia.
- b) O acesso independe, tanto em primeiro quanto em segundo grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.

- c) O Juizado Especial Cível não tem competência para as ações de despejo para uso próprio.
- d) Nas ações para reparação de dano de qualquer natureza, é competente tanto o foro do domicílio do autor quanto o do local do ato ou fato.
- e) O recurso inominado deve ser recebido, em regra, nos efeitos devolutivo e suspensivo.

RESPOSTA: (A) Art. 20, Lei n. 9.099/95 (não comparecendo o réu, ocorre a revelia). (B) Art. 54, Lei n. 9.099/95 (apenas em 1º grau dispensa-se o pagamento). (C) Art. 3º, III, Lei n. 9.099/95. (D) Art. 4º, III, Lei n. 9.099/95. (E) Art. 43, Lei n. 9.099/95 (em regra, apenas no efeito devolutivo). Alternativa **D**.

QUESTÃO 10 - Assinale a alternativa CORRETA

- a) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 40 (quarenta) salários mínimos.
- b) Podem ser parte nos Juizados Especiais da Fazenda Pública como autores, as pessoas físicas e as microempresas e as empresas de pequeno porte.
- c) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é relativa.
- d) Incluem-se na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas;

RESPOSTA: (A) art. 2º, Lei 12.153/09; (B) art. 5º, Lei 12.153/09; (C) art. 2º, § 4º, Lei 12.153/09; (D) art. 2º § 1º, Lei 12.153/09. Alternativa **B**.

Questão 11 - Assinale a alternativa INCORRETA

No Juizado Especial da Fazenda Pública

- a) Podem ser parte como réus, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculados.
- b) Os prazos processuais para a Fazenda Pública serão contados em dobro.
- c) Os Tribunais de Justiça poderão limitar por até 05 (cinco) anos, a partir da entrada em vigor desta Lei, a competência dos Juizados Especiais da

Fazenda Pública, atendendo à necessidade da organização dos serviços judiciários e administrativos.

d) Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.

RESPOSTA: (A) 5º, II, Lei 12.153/09; (B) art. 7º, Lei 12.153/09; (C) art. 23, Lei 12.153/09; (D) art. 2º § 1º, III, Lei 12.153/09. Alternativa **B**.

Questão 12 - Assinale a alternativa CORRETA

O fornecedor de serviço será obrigado a entregar ao consumidor orçamento prévio discriminando o valor da mão de obra, dos materiais e equipamentos a serem empregados, as condições de pagamento, bem como as datas de início e término dos serviços. Salvo estipulação em contrário, o valor orçado terá validade pelo prazo de:

- a) 05 dias.
- b) 10 dias.
- c) 15 dias.
- d) 20 dias.

RESPOSTA: artigo 40, § 1º, da Lei nº 8.078/90. Alternativa **B**.

QUESTÕES OBJETIVAS CERTO/ERRADO

QUESTÃO 13 - A incompetência territorial não pode ser reconhecida de ofício no sistema dos Juizados Especiais Cíveis.

CERTO ()

ERRADO ()

RESPOSTA: ERRADO. Enunciado 89, FONAJE.

QUESTÃO 14 - A não localização da parte executada, tratando-se de execução de título judicial ou extrajudicial, acarretará a extinção do processo.

CERTO ()

ERRADO ()

RESPOSTA: CERTO. Art. 53, § 4º, Lei 9.099/95 e Enunciado 75, FONAJE.

QUESTÃO 15 - A inexistência de bens penhoráveis da parte executada não é causa de extinção da execução de título extrajudicial, que poderá ser suspensa, a requerimento da parte exequente.

CERTO ()

ERRADO ()

RESPOSTA: ERRADO. Art. 53, § 4º, Lei 9.099/95.

QUESTÃO 16 - Tratando-se de causa com valor igual ou inferior a 40 (quarenta) salários mínimos que não se enquadre nos impedimentos previstos na Lei nº. 9.099/95, esta pode ou não ser proposta no Juizado Especial Cível, a critério da parte, que pode optar pelo juízo comum.

CERTO ()

ERRADO ()

RESPOSTA: CERTO. Enunciado 01, FONAJE.

QUESTÃO 17 - Nos juizados especiais da Fazenda Pública conta-se em dobro o prazo para a Fazenda Pública contestar e em quádruplo para recorrer.

CERTO ()

ERRADO ()

RESPOSTA: ERRADO. Artigo 7º, da Lei nº 12.153/2009.

QUESTÃO 18 - É competência dos juizados especiais estaduais processar e julgar as ações possessórias sobre bens imóveis cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo.

CERTO ()

ERRADO ()

RESPOSTA: CERTO. Art. 3º, IV, Lei n. 9.099/95.

QUESTÃO 19 - No foro onde estiver instalada vara do juizado especial federal, a competência deste é absoluta.

CERTO ()

ERRADO ()

RESPOSTA: CERTO. Conforme a art. 3º, § 3º, Lei n. 10.259/2001.

QUESTÃO 20 - Pessoa jurídica que seja empresa de pequeno porte não poderá ser autora nos juizados especiais federais.

CERTO ()

ERRADO ()

RESPOSTA: ERRADO. Art. 6º, Lei n. 10.259/2001, podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível: I) como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei n. 9.317/96.

QUESTÃO 21 - Nas causas de competência dos juizados especiais federais, quando a fazenda pública for condenada, não haverá reexame necessário.

CERTO ()

ERRADO ()

RESPOSTA: CERTO. Prevê o art. 13 da Lei n. 10.259/2001 (que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal), que nas causas nela tratadas não haverá reexame necessário.

QUESTÃO 22 – Nos termos da Súmula nº 405, do STJ, a ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT), prescreve em 05 (cinco) anos.

CERTO ()

ERRADO ()

RESPOSTA: ERRADO. Súmula 405 STJ: “A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos”.

QUESTÃO 23 – Nas ações derivadas de acidentes de trânsito a demanda poderá ser ajuizada contra a seguradora, isolada ou conjuntamente com os demais coobrigados.

CERTO ()

ERRADO ()

RESPOSTA: CERTO. ENUNCIADO 82 - Nas ações derivadas de acidentes de trânsito a demanda poderá ser ajuizada contra a seguradora, isolada ou conjuntamente com os demais coobrigados.

QUESTÃO 24 – Compete à Turma Recursal processar e julgar o Mandado de Segurança contra ato de juizado especial.

CERTO ()

ERRADO ()

RESPOSTA: CERTO. Súmula nº 376 – “Compete a turma recursal processar e julgar o mandado de segurança contra ato de juizado especial”.

QUESTÃO 25 – Cabe recurso adesivo em sede de Juizado Especial.

CERTO ()

ERRADO ()

RESPOSTA: ERRADO. ENUNCIADO 88 - Não cabe recurso adesivo em sede de Juizado Especial, por falta de expressa previsão legal

QUESTÕES ESCRITAS (resposta objetiva – máximo 5 linhas)

Questão 01: De acordo com entendimento sumulado do STJ, a inscrição do nome do consumidor em órgãos de proteção ao crédito por dívida inexistente sempre enseja a condenação do fornecedor ao pagamento de indenização por danos morais?

RESPOSTA: Súmula 385 STJ. Nem sempre, se houver inscrição legítima preexistente não há dano moral.

Questão 02: É possível, em audiência de instrução e julgamento, a oitiva de pessoa que seja parente ou amiga íntima de alguma das partes?

RESPOSTA: Sim, na forma do artigo 405, § 4º, do Código de Processo Civil, sendo estritamente necessário a pessoa é ouvida como informante, deixando de prestar compromisso legal.

Questão 03: O artigo 53, da Resolução 04/2013 – CSJEs enumera 22 deveres dos conciliadores e juízes leigos. Destaque 05:

Art.53 - São deveres dos conciliadores e dos juízes leigos:

I – zelar pela dignidade da Justiça;

II – velar por sua honra e reputação pessoal e agir com lealdade e boa-fé;

III – abster-se da captação de clientela no exercício da função;

IV – respeitar o horário marcado para o início das sessões de conciliação e das audiências de instrução e não se ausentar antes de seu término;

V – informar às partes, no início das sessões de conciliação e das audiências de instrução e julgamento, sua condição de auxiliar da justiça subordinado ao Juiz Supervisor;

VI – informar às partes, de forma clara e imparcial, os riscos e consequências de uma demanda judicial;

VII – informar à vítima com clareza sobre a possibilidade de sua intervenção no processo penal e de obter a reparação ao dano sofrido;

- VIII – dispensar tratamento igualitário às partes, independente de sua condição social, cultural, material ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e, observar o equilíbrio de poder;
- IX – abster-se de fazer pré-julgamento da causa;
- X – preservar o segredo de justiça quando for reconhecido no processo;
- XI – guardar absoluta reserva e segredo profissional em relação aos fatos ou dados conhecidos no exercício de sua função ou por ocasião desta;
- XII – subordinar-se às orientações e ao entendimento jurídico do Juiz Supervisor;
- XIII – não atuar em causa em que tenha algum motivo de impedimento ou suspeição;
- XIV – manter rígido controle dos autos de processo em seu poder;
- XV – submeter imediatamente após as sessões de audiência as propostas de acordo à homologação pelo Juiz Supervisor;
- XVI – tratar com urbanidade, cordialidade e respeito os magistrados, partes, membros do Ministério Público, advogados, testemunhas, funcionários e auxiliares da Justiça;
- XVII – manter conduta irrepreensível na vida pública e particular;
- XVIII – utilizar trajes sociais, evitando o uso de vestuário atentatório à imagem da Justiça;
- XIX – portar, de forma visível, o crachá de identificação;
- XX – assinar lista de comparecimento na Secretaria dos Juizados Especiais após a realização das sessões e audiências;
- XXI – informar à Secretaria onde exerce suas funções e as eventuais alterações em seus dados cadastrais.
- XXII – respeitar, o juiz leigo, o prazo para apresentação do projeto de sentença ao Juiz Supervisor.

Boa prova.
